

Comissão vota Lei Orçamentária

A Comissão Mista de Orçamento se reúne hoje, às 20h, para iniciar a votação do substitutivo do senador Márcio Lacerda (PMDB-MT) à Lei de Diretrizes Orçamentárias. A informação foi prestada pelo senador Chagas Rodrigues (PSDB-PI). Segundo ele, o presidente da comissão, deputado Messias Góis (PFL-SE), assegurou que a LDO seria discutida e votada até amanhã de modo a possibilitar sua votação pelo plenário do Congresso até o próximo dia 30, antes do recesso parlamentar.

Nem bem resolveu os problemas políticos originados pela CPI-PC, o Governo enfrenta outro problema que pode lhe reduzir os poderes para 1993. Na Comissão do Orçamento do Congresso, o bloco governista abriu negociações para tentar um acordo sobre o substitutivo do senador Márcio Lacerda, ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o próximo ano.

Dos 120 deputados e senado-

res da Comissão do Orçamento, o Governo tem assegurado 30 votos. O parecer de Márcio Lacerda reduz os poderes do Governo Federal e aumenta a força dos governos estaduais e municipais. Um de seus itens mais polêmicos é o que cria facilidades para transferência de recursos da União para os estados e municípios, acabando com o poder de barganha do Governo Federal. Outro ponto que desagradou ao Executivo é o que dificulta as obras novas, obrigando o Governo a terminar, antes, as obras em andamento.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias cria as regras para a elaboração do orçamento (que será feito e votado no segundo semestre) e determina parâmetros que deverão ser seguidos pelo Governo para elaborar a proposta original a ser enviada ao Congresso. Na quarta-feira passada, o bloco governista levou à Comissão do Orçamento o técnico Paulo Fontenelle, chefe da Divisão do Orça-

mento da União, para negociar o substitutivo de Márcio Lacerda com o próprio relator da LDO e com as lideranças de todos os partidos.

A reunião de quarta-feira se arrastou das 15 às 22h. As lideranças partidárias, negociando com o deputado José Carlos Aleluia, representante do Governo, conseguiram chegar a acordo em 90 por cento dos primeiros 17 artigos do substitutivo. A negociação continuou ontem, em reunião que começou às 16h e entrou pela noite.

Em boa parte, o Governo aceitou as novas regras impostas pelo relator, que disse estar expressando "o ponto-de-vista das oposições no Congresso". Na parte em que não houve acordo, a definição do texto da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 1993 será obtida na disputa, voto a voto. Depois de votada na Comissão do Orçamento, a LDO será aprovada pelo plenário.